

## **O TERCEIRO SETOR ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES**

Por Sami Kuperchmit

**As Fundações e as Associações pertencem ao Terceiro Setor da Economia.**

**O Terceiro Setor, também conhecido como Sociedade Civil Organizada, é a esfera da sociedade constituída por organizações sem fins lucrativos que atuam em prol da sociedade.**

**Estas entidades, que não pertencem nem ao Estado (Primeiro Setor) nem ao mercado (Segundo Setor), desenvolvem atividades de interesse social em áreas como direitos humanos, saúde, educação e meio ambiente.**

**O Terceiro Setor objetiva o desenvolvimento social tendo o Estado como parceiro de sua atuação.**

**Estas entidades podem se qualificar juridicamente como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - que permite a celebração de parcerias e convênios com o Governo. A qualificação OSCIP é concedida pelo Ministério da Justiça, desde que atenda aos critérios de não ter fins lucrativos, proceder com clareza em seus quadros administrativos e atuar em áreas de interesse público tais como assistência social, educação, saúde, cultura, meio ambiente, entre outras.**

**Os investidores em OSCIP podem obter descontos no Imposto de Renda sobre as doações efetuadas.**

**Associações e Fundações devem indicar em seu Estatuto as finalidades da entidade, porquanto todas as suas atividades e recursos devem ser voltados para a realização destes fins.**

**Ao realizar atividades ou empregar recursos fora das finalidades previstas em seu Estatuto, ocorre o “desvio de finalidade”, acarretando sanções do tipo devolução de recursos públicos.**

**Independentemente da denominação social utilizada pela entidade (Pastorais, APAEs, fundações, institutos, creches, asilos, orfanatos, centros de apoio, entre outros), o Novo Código Civil as considera como Associações ou Fundações.**

### **ASSOCIAÇÕES**

**São formadas por um grupo de pessoas, mesmo que não haja patrimônio.**

**A “Pastoral da Criança” é uma Associação, ainda que não se utilize da palavra Associação em sua denominação social.**

**Independentemente do nome da entidade, é importante que no Estatuto conste expressamente a qualificação de pessoa jurídica, criada sob a forma de ASSOCIAÇÃO.**

## **O TERCEIRO SETOR ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES**

Por Sami Kuperchmit

O Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002), em seu art. 53, diz taxativamente que

*“Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”.*

Nesse sentido, associação sem fins lucrativos (ou econômicos) é qualquer iniciativa formal ou não que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. As associações expressam a crença de que juntos, os associados podem encontrar soluções melhores para os diversos conflitos existentes na vida em sociedade.

Formalmente, pode-se dizer que a associação, qualquer que seja seu tipo ou seu objetivo, é uma forma jurídica assumida com a finalidade de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses e que sua constituição permite o alcance de melhores condições para aquelas.

A ASSOCIAÇÃO é a forma mais básica para que um grupo de pessoas se organize do ponto de vista jurídico para a realização de objetivos comuns.

Esses princípios associativos são reconhecidos no mundo todo e embasam as várias formas que as associações sem fins lucrativos podem assumir: OSCIPs, sindicatos, organizações sociais, clubes e qualquer outra forma de associação.

O que irá diferenciar a forma jurídica de cada tipo de associação são basicamente os objetivos que se pretende alcançar. De modo geral as associações caracterizam-se por:

- Reunião de duas ou mais pessoas para a realização de objetivos comuns;
- Seu patrimônio é constituído pela contribuição dos associados, por doações, subvenções, etc.;
- Seus fins podem ser alterados pelos associados;
- Os seus associados deliberam livremente;
- São entidades de direito privado e não público.

Deve-se observar que nem todas as entidades sem fins lucrativos são associações de interesse público.

Os condomínios edilícios são entidades que não têm personalidade jurídica sendo assim reconhecidas pela Receita Federal.

Para o Novo Código Civil, não existe mais a figura de Sociedade Civil sem fins lucrativos. Por força deste dispositivo legal, as entidades que anteriormente qualificavam-se como sociedade civil sem fins lucrativos em

## **O TERCEIRO SETOR ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES**

Por Sami Kuperchmit

seus estatutos, devem necessariamente alterar este registro para Associação.

Caso a entidade criada sob a forma de sociedade civil não altere este registro, ainda que não tenha fins lucrativos, será considerada empresa, e deverá cumprir todas as formalidades como tal junto aos órgãos onde possua registro, mantenha convênios, apresente projetos, receba recursos, preste informações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, tais como: Conselhos de Assistência Social (Municipal, Estadual e Nacional), Receitas Federal, Estadual e Municipal, Ministério da Justiça, outros Ministérios, INSS.

### **FUNDAÇÕES**

As fundações dependem de um patrimônio para sua formação, ainda que não exista um grupo de pessoas.

Para a criação de uma fundação, o registro do Estatuto no Cartório somente ocorre depois de sua aprovação pelo Ministério Público. Da mesma forma, a alteração estatutária também depende desta aprovação.

O Instituto Ayrton Senna é uma Fundação ainda que não se utilize da palavra Fundação em sua denominação social.

### **FUNDAÇÃO PÚBLICA**

Entidade jurídica, geralmente sem fins lucrativos, criada por lei e que desempenha atividades de interesse público: educação, pesquisa, cultura, assistência social, entre outras. Apesar de ser de direito privado, possui natureza pública, pois é criada pelo Estado.

As atividades exercidas são normalmente aquelas que não exigem execução direta por órgãos do Estado.

A FUNDAÇÃO PÚBLICA possui autonomia administrativa e financeira, embora submetida a regras públicas e possui patrimônio próprio para cumprir com seus objetivos.

### **FUNDAÇÃO PÚBLICA DE DIREITO PRIVADO**

Entidade da administração indireta do Estado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, que é criada por lei para desenvolver atividades que não são privativas do Estado, como atividades de cunho social ou cultural.

A FUNDAÇÃO PÚBLICA DE DIREITO PRIVADO tem autonomia para gerir seus bens e recursos, mas está sujeita ao controle do poder público. Geralmente, o financiamento da fundação pública de direito privado é público, seja por meio de transferências do Estado ou por meio de recursos próprios gerado por suas atividades.

## **O TERCEIRO SETOR ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES**

Por Sami Kuperchmit

### **TEMPLOS**

(igrejas, sinagogas, etc.) não são, em si, associações.

Considerados pelo Código Civil como organizações religiosas e pessoas jurídicas de direito privado, têm um estatuto jurídico específico que lhes confere autonomia para se organizar e funcionar, com base em seus próprios princípios e regras internas.

Antigamente, as organizações religiosas eram tratadas como associações, mas a Lei 10.825/2003 reconheceu a natureza jurídica própria das organizações religiosas, conferindo-lhes maior autonomia e liberdade para se estruturarem.

### **PARTIDOS POLÍTICOS**

Os partidos políticos classificam-se como pessoas jurídicas de direito privado às quais o cidadão obrigatoriamente se filia para concorrer a um pleito eleitoral e disputar um cargo público eletivo (art.44 V do Código Civil).

Em outras palavras, o partido político é uma forma de agremiação de um grupo social que se propõe organizar, coordenar e instrumentar a vontade popular com o fim de assumir o poder para realizar seu programa de governo.

Igualmente a lei 9096/95 em seu art.1º. define partido político como sendo uma pessoa jurídica de direito privado que se destina a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

### **INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIAIS**

As instituições de Educação e Assistenciais podem assumir caráter de Associações.

Estas entidades se organizam como pessoas jurídicas sem fins lucrativos, unindo pessoas com objetivos comuns e sem a intenção de distribuir lucros.

Estas instituições podem ser associações culturais, sociais, esportivas ou filantrópicas.

# O TERCEIRO SETOR ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES

Por Sami Kuperchmit

## Quadro sinóptico

Entidade	Prev. Legal	IR	DIPJ	Fins Lucr.
<b>TEMPLOS</b>	CF/1988, art. 150, VI, "b"	imune	Obrigatório	Sem
<b>Partidos Políticos</b>	CF/1988, art. 150, VI, "c"	Imune	Obrigatório	Sem
<b>Entidades sindicais de trabalhadores</b>	CF/1988, art. 150, VI, "c"	Imune	Obrigatório	Sem
<b>Instituições de educação</b>	CF/1988, art. 150, VI, "c"	Imune	Obrigatório	Sem
<b>Instituições de assistência social</b>	CF/1988, art. 150, VI, "c"	Imune	Obrigatório	Sem
<b>Associações</b>	Código Civil/lei esp.	Supervisão Min. Público		Sem
<b>Fundações</b>	Código Civil/lei esp.	Supervisão Min. Público		Com/Sem

### Observações

- Considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos (Lei nº 9.532/97, art. 12).*
- Define-se como entidade sem fins lucrativos, a instituição de educação e de assistência social que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532, de 1997, art. 12 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718, de 1998, art. 10, e Lei Complementar nº 104, de 2001).*
- Para o gozo da imunidade, as instituições estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos: não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados; aplicar integralmente no país seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais; manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão; conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; apresentar, anualmente, a DIPJ, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de extinção da pessoa jurídica, ou a órgão público; não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.*